

6. Em suma: uma integração cultural

A ideia de que o nosso conhecimento é ilimitado é uma ideia limitada. A ideia de que o conhecimento é limitado tem consequências ilimitadas

Edgar Morin

A edificação de monumentos — agregado de resultados intencionais concretizado num produto artificial visível em termos espaciais e temporais (Criado Boado, 1993) — é uma acção que se desenvolve paralelamente aos indícios de uma economia agrícola.

Este aparente sincronismo, segundo Bradley (1993, p. 17), não se explica em termos funcionais: “the link was in the mind, not in the plough soil”. Com efeito, sem estarem necessariamente unidos por uma relação de causalidade — monumentos e economia agrícola — fazem parte da alteração ideológica que, também, caracteriza o Neolítico. Os monumentos concretizam um novo sentido de *lugar* e de *tempo* favorável à consolidação do sistema agro-pastoril.

Os monumentos entram na consciência, não só da comunidade contemporânea que os assiste, mas também, na consciência das gerações vindouras, para as quais se torna a marca de um passado existente para além da sua experiência imediata. Igualmente, produzem resultados intencionais de projecção espacial, atribuindo a determinados lugares um significado especial.

A investigação arqueológica tem, recentemente, começado a atribuir uma cronologia do Neolítico Antigo/Médio para alguns menires e cromeleques do Sul de Portugal (Calado, 2000), antecipando a versão mais consensual que atribui aos primeiros monumentos — menires e antas sem corredor — uma cronologia centrada, essencialmente, a partir da segunda metade do V milénio a.C. (Neolítico Médio).

As evidências arqueológicas levantam mesmo “a suspeita de que os monumentos mais antigos (funerários) antecedem, em certas circunstâncias o sistema produtor” (Jorge, 2000, p. 10). Efectivamente, os dados reiteram as palavras de Bradley e as evidências para o Norte e Noroeste da Europa, segundo as quais os monumentos, num momento inicial, foram construídos com base em recursos selvagens, fossem eles feitos por caçadores-recolectores, ou por agricultores incipientes, entre os quais os domesticados tinham um pequeno papel.

A perenidade dos monumentos megalíticos contrasta com as ténues evidências de carácter habitacional, nomeadamente, na Beira Alta: “O carácter móvel e sazonal dos espaços habitacionais estudados, dentro de uma estratégia de povoamento de “malha frouxa” faz dos dólmenes o elemento de permanência no espaço” (Senna-Martinez e Ventura, 1999, p. 26). Os monumentos megalíticos aparecem como uma das poucas referências construídas na paisagem: “They may have helped to establish the lasting importance of certain places” (Bradley, 1998, p. 66).

O Neolítico Antigo/Médio ainda se encontra muito mal conhecido na região da Estremadura, assim como em outras regiões peninsulares. Contudo, os dados disponíveis apontam para a variabilidade dos espaços ocupados, sejam eles povoados abertos — Salemas; ocupações de gruta — Correio-Mor; ou espaços de altura — S. Pedro de Canaferrim. Em comum, parecem ter tido a integração num sistema sazonal de exploração de recursos de biótipos complementares.

Nesta região, o Megalitismo deve ser racionalizado em sentido lato, “como um conjunto de prescrições mágico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, como um tipo de arquitectura” (Gonçalves, 1995, p. 27). Sob esta designação, agrupa-se o marcado polimorfismo arquitectónico dos sepulcros: antas, *tholoi*, grutas naturais e artificiais.

Seguindo a proposta de Bradley (1998), que estabelece a dicotomia funcional e simbólica entre os diferentes tipos de sepulcro megalítico, é somente na transição feita entre ritual de enterramento e ritual de antepassado, potencializada pela adopção de sepulcros megalíticos com corredor, que se pode equacionar a necessidade funcional de criar marcadores territoriais legitimadores das pretensões de uma comunidade à terra agrícola.

Na Estremadura, a crescente apropriação da natureza enquanto território faz-se com base em duas estratégias distintas, de acordo com o definido por Criado Boado (1993). *Estratégia de monumentalização* — antas e *tholoi* — e *estratégia de ocultação* — grutas naturais e artificiais que envolvem complexos e heterogéneos rituais de inumação colectiva. Como salienta Susana O. Jorge (1999, p. 66-67): “se o sistema produtor se relaciona com o «culto dos antepassados» este exhibe-se não apenas em contextos monumentais, mas também em hipogeus, ou seja, em espaços sem visibilidade arquitectónica. Em espaços por vezes inacessíveis ou mesmo intencionalmente dissimulados”.

É no Neolítico Final que se verifica a primeira monumentalização abrangente da paisagem, com a proliferação dos sepulcros de inumação colectiva — grutas, hipogeus, grandes antas de corredor e *tholoi*. Assiste-se à proliferação dos cromeleques e menires, alguns aparecem decorados com representações astrais e antropomórficas. Os santuários de arte rupestre — no Alto Tejo ou Vale do Côa — expandem-se, e as representações em santuários exteriores — como o Escoural, marcam presença.

Os sítios de *habitat* conhecidos para a actual Estremadura, durante o Neolítico Final são, igualmente, marcados por um certo polimorfismo na sua dimensão e implantação topográfica. Assim, povoados abertos, em zonas baixas ou em plataformas de declive suave, na adjacência de linhas de água surgem, por exemplo, em Casal de Barrinhos, na Parede ou nos Jerónimos. Sendo exemplo de povoados de média altura, Baútas, Leceia, Carnaxide, Penedo do Lexim, Olelas, Vila Pouca e Montes Claros, entre outros.

A partir dos inícios do III milénio a.C. (Calcolítico) assiste-se ao abrandar do investimento na edificação de sepulcros monumentais: “ao contrário, constroem-se outro tipo de monumentos plurifuncionais: sítios alcantilados, integrando recintos murados, no interior dos quais ocorrem estruturas relacionadas com actividades do uso quotidiano e /ou ritual” (Jorge, 2000, p. 91). Assiste-se, pois, à alteração do estatuto do povoado no sistema de referências da comunidade, surgindo cada vez mais como um marco visível de uma identidade e de um território (Valera, 1997).

6.1. O povoamento do III milénio a.C. na actual Estremadura

A calcolitização é, presentemente, encarada como um processo desenvolvido a um ritmo não uniforme, que resulta do desenvolvimento de alguns factores como a hierarquização social, a intensificação económica, ou o crescimento demográfico já presentes no Neolítico final (Valera, 1999).

A partir do III milénio a.C. (Calcolítico) o sistema agro-pastoril adquire uma marcada estabilidade possibilitada pela chamada Revolução dos Produtos Secundários. A utilização do arado, do carro e da força de tracção animal; a utilização das fibras, animais e vegetais, materializada, indirectamente, nos pesos de tear; o aproveitamento secundário de produtos animais como o leite, inferido pela presença no registo arqueológico das “queijeiras” é apenas algumas das faces visíveis de uma intensificação económica que deixou traços no registo arqueológico.

Através de uma economia progressivamente mais intensiva, estes grupos vão encontrar a satisfação das suas necessidades alimentares num território de recursos cada vez mais cir-

cunscrito, desenvolvendo uma relação de crescente sedentarismo e dependência para com o espaço ocupado.

A paulatina fixação residencial traz uma nova relação do Homem com o Espaço. A sua legitimação começa a fazer-se através dos símbolos de permanência dos vivos, e não somente, através dos locais de permanência dos mortos. Tal traduz-se na transferência de investimento dos monumentos dos mortos para os recintos dos vivos, conhecidos na bibliografia arqueológica sob a designação de — *povoados fortificados*.

Em primeiro lugar importa referir a questão conceptual “because our terminology is derived from the world in which we live, it is tempting to extend backwards the images of the present or recent past” (Sherratt, 1995, p. 62). Neste sentido, a conjugação de blocos líticos agrupados, linearmente e de forma sobreposta, circundando um espaço habitacional tem sido designada por “muralha” ou “fortificação” conceitos intrinsecamente associados a uma concepção defensiva resultado da sua associação com análogas construções efectuadas durante a Idade Média.

Neste sentido, a morfologia destas estruturas arquitectónicas tem condicionado *a priori*, e por vezes de forma decisiva, a discussão sobre a origem e funcionalidade destes recintos. Assim, a necessidade de defesa, inerente ao próprio conceito de fortificação, encontra-se generalizado na literatura arqueológica, estando subjacente, desde logo, na explicação apontada para a escolha de determinado espaço. Proliferam expressões como: “boas condições naturais de defesa”, “naturalmente defendido” que reduzem um lugar à sua condição de refúgio.

Contudo, e como bem refere Hurtado (2000, p. 385), para os sítios fortificados da Bacia Média do Guadiana: “A pesar de la posición no parece que estos poblados elijan los sítios en altura como lugares preferentemente defensivos, puesto que, no se encuentran en cerros aislados, sino en los extremos de amplias elevaciones, como terrazas”.

Efectivamente, na actual Estremadura, a escolha dos locais para a implantação destes recintos faz-se, predominantemente, sobre os pontos de altitude média, por vezes em esporões alongados, junto das rias flandrianas, como parece ser o caso do Zambujal, em relação à “ria” do Sizandro, Vila Nova de S. Pedro, em relação à “ria” de Rio Maior ou Leceia, em relação à “ria” do Tejo, via Ribeira de Barcarena, apenas para citar alguns exemplos (Senna-Martinez, 1994).

A investigação na região de Alenquer, com sítios como a Pedra de Ouro implantado sobre um afluente (Ribeira de Santana da Carnota), de um afluente secundário (Rio Grande da Pipa) da “ria” de Alenquer veio demonstrar que a implantação geográfica, em função do litoral flandriano, como tão bem foi defendido por Daveau (1980), não é uma condição *sine qua non* para a existência dos recintos murados. Este sítio encontra-se, directamente, sobre uma portela natural de passagem consolidada, pelo menos, desde o Período Romano, na estrada que liga Alenquer a Torres Vedras.

Os locais para a implantação dos recintos murados foram escolhidos em função da proximidade e controlo das vias de circulação/comunicação, sejam elas, fluviais/marítimas ou terrestres, tornando-se lugares significantes com o objectivo de sustentar a coesão, identidade do grupo, e as suas pretensões a um território.

A paisagem está em constante dialéctica com o Homem, não só no imaginário e na consciência colectiva, mas também através das actividades diárias. Não questionamos a importância dos recursos naturais na escolha dos sítios para a implantação destes monumentos. Efectivamente, os recursos são explorados, quando existem. Contudo, não são o elemento preponderante. A legitimação das pretensões de uma comunidade a um território não se faz, necessariamente, com o assentamento directo do símbolo de pertença sobre a zona de melhores recursos, um pouco à semelhança do que se passa em relação aos monumentos megalíticos (Rocha, 1999).

Esta situação é comprovada, por exemplo, no Zambujal. Neste sítio, a fauna piscícola (constituída por animais de alto mar, como seja a corvina, o cação, o pargo, a dourada, ou a garoupa) é exemplo da exploração imediata dos recursos disponibilizados pelo mar. Contudo, a zona de melhor potencial agrícola e mineralógico situa-se a hora e meio de caminho (Uerpmann, 1995).

Não obstante a importância que lhes tem sido dada pela investigação arqueológica, estes recintos muralhados constituem-se como exemplos minoritários da ocupação do *espaço*. Nas palavras de Martín de la Cruz (1995, p. 26) “no siempre la existencia de un poblado fortificado va a determinar la nueva etapa cultural, o no siempre las comunidades que están desarrollando una etapa, por ejemplo, de Calcolítico Pleno tienen porque presentar-se siempre de forma fortificada”.

Efectivamente, esta forma de ocupação do espaço têm uma tipologia própria, ponderada em função do cumprimento de um objectivo concreto. No entanto, esta é, somente, mais um elemento a juntar ao marcado polimorfismo de ocupações que, simultaneamente, pontuaram a Paisagem da Pré-História recente. Este pode expressar uma variedade de recursos explorados, assim como a existência de alguma mobilidade entre as comunidades. Algo que se encontra documentado, por exemplo, desde o Neolítico Final da Ribeira de Cheleiros (Sousa, 1998).

De facto, os recintos muralhados coexistiram, no *tempo* e no *espaço*, com povoados abertos e “sem quaisquer condições naturais de defesa” (Carreira et al, 1996, p. 301), como Barroinhos, ou com povoados detentores de boas condições naturais de defesa, mas sem muralhas como seja o Alto do Dafundo ou da Parede. Locais onde os vestígios, nomeadamente os «copos» canelados apontam para uma ocupação sincrónica com alguns povoados amuralhados.

Estes recintos podem ser perspectivados como cabeças de um povoamento, mecanismos de comunicação e ostentação colectiva, necessários há consolidação de sentimentos de pertença a um espaço demarcado (Valera, 2000). Pela sua localização — junto a zonas de passagem, de trânsito, tornam-se lugares privilegiados para anunciar a presença de quem está e, simultaneamente, recolher as influências materiais, ou simbólicas de quem chega e de quem passa.

Neste sentido, o processo de alteração ideológica da legitimação territorial do grupo faz-se acompanhar por um processo de transformação social que ocorre ao nível intra e inter comunitário, entre os que ocupam ou acedem ao interior dos recintos amuralhados, os que com ele se identificam, e os outros, os que vivem fora desta esfera de influência, mas que a conhecem e com ela contactam.

Aparentemente, as estruturas amuralhadas encerravam espaços onde viveria uma fracção da população — uma elite? Contrastando, num primeiro momento, com os rituais funerários que continuam a ser comuns, a alteração dos estatutos sociais dos vivos começa a ser inferido, no registo arqueológico, a partir do Calcolítico Inicial. Leceia surge a título de exemplo, onde uma “imponente casa de planta circular, não por acaso situada na área mais bem defendida” (Cardoso, 1997, p. 48) é interpretada como uma residência de elite. A sua existência é, também, inferida através da própria construção dos espaços amuralhados tidos, pelo menos no caso de Leceia e do Zambujal, como exemplos de uma elite estruturadora de mão-de-obra.

“Se as estruturas de muralhas se encontram razoavelmente conhecidas, levando mesmo ao estabelecimento de padrões e cânones construtivos, as estruturas com menor expressão “monumental” são muitas vezes ignoradas” (Sousa, 1999, p. 476). Efectivamente, são muito escassos os conhecimentos sobre as estruturas e a organização espacial existente no interior dos recintos amuralhados. Estes foram, na maioria dos casos, alvo de investigações pontais

efectuadas, em meados do século passado, à luz de problemáticas e metodologias que tornam os dados obtidos, quando publicados, pouco esclarecedores.

Todavia, o registo arqueológico aponta não só para a presença de estruturas de cariz habitacional, mas também, para a prática de actividades especializadas, relacionadas com a armazenagem e transformação de produtos agrícolas e minerais.

A fragilidade das estruturas habitacionais existentes, em locais dissimulados na paisagem, contrasta com as existências no interior dos recintos amuralhados. Parece apontar neste sentido a estrutura habitacional do Alto do Dafundo (Gonçalves, 1991b) feita, provavelmente, em materiais perecíveis, edificada em torno de um buraco de poste, composto por um conjunto semicircular de pedras (Calcolítico Inicial). Esta opõe-se às estruturas conhecidas, para o mesmo período, em Leceia, de planta circular, construídas por blocos de calcário não aparelhado, cimentado por ligante argiloso e, possivelmente, revestidas exteriormente com argila argamassada (Cardoso, 1997).

No interior dos espaços fortificados, às habitações juntam-se possíveis “construções comunitárias” documentadas, nomeadamente, em Leceia, na existência de “três estruturas pétreas circulares, consideradas embasamentos de eiras” (Cardoso, 1997, p. 14). Estas seriam revestidas a argila, ou greda, e destinadas ao malhar dos cereais e secagem de leguminosas.

No Zambujal, no Calcolítico Médio, foram identificadas áreas especializadas destinadas à fundição do cobre, constituídas porlareiras agrupadas em círculos ao redor de uma superfície plana de barro cozido, com os bordos elevados, as quais continham centenas de gotas de cobre (Schubart e Sangmeister, 1987).

São comuns “outras estruturas de armazenamento, como os celeiros, ou silos, com chão empedrado (em Leceia) ou escavados na rocha (em Vila Nova de S. Pedro), por vezes, forrados com aparelho de pedra ligado por barro (Verdelha dos Ruivos)” (Parreira, 1987). Igualmente, se começa a encarar a hipótese de os denominados “bastiões ocós” serem, na realidade, estruturas multifuncionais.

Verificou-se que em Leceia estes “bastiões” possuemlareiras estruturadas, podendo ter servido como estruturas habitacionais, ou ainda, como celeiros (Cardoso, 1994, p. 35-36): “uma fresta existente num deles — sendo inverosímil a utilização como seteira, pelo ângulo de tiro — teria, precisamente, a função de respiradouro, estando relacionada com o arejamento do espaço interior, exigido pelo funcionamento de umalareira ali existente. Outros bastiões da primeira linha defensiva possuem entradas directamente para o espaço extramuros, contrariando a idéia de que temos, actualmente, da eficácia defensiva de tais estruturas”.

Num momento em que o pensamento arqueológico ainda direcciona a interpretação destas estruturas como exemplos cabais da existência de um espírito de “guerra total” (Soares e Silva, 2000), durante o Calcolítico peninsular, escudamo-nos na falta de provas credíveis.

Existem poucos sinais que estas estruturas amuralhadas sejam exemplificativas dum estado de permanente conflito, não que se subscreva a noção do “bom selvagem”, defendida por Jean-Jacques Rosseau. Certamente existiram afrontamentos pontuais entre as comunidades deste, tal como de outros, períodos da história da Humanidade. Esses aparecem testemunhados, por exemplo, nas representações iconográficas da arte rupestre levantina epipaleolítica (Saura, 2000), ou mesmo os enterramentos calcolíticos (Kunst, 2000, p. 131) do Hipogeu de Longar (Pamplona), da Gruta de *San Juan ante Portam Latinam* (Álava) e da sepultura colectiva de La Atalayuela (Logronho).

Contudo, um dos maiores argumentos que suporta a existência dos monumentos amuralhados como reveladores da existência de conflitos, acaba por ser também a sua maior fragilidade: “as construções defensivas destes povoados implicam um grande investimento de mão-de-obra, e os locais em que se implantam, muitas vezes em terrenos altos, traziam pro-

blemas, em primeiro lugar de abastecimento de água (...) o motivo deve ter sido a guerra” (Kunst, 2000, p. 136), posição comparável à de Joaquina Soares (Gonçalves, 1983-1984, p. 151): “o ir para a cumeada, que muitas vezes fica a várias dezenas de m de altitude em relação à água e aos campos, só se justifica quando há preocupações de defesa”.

A história tem vindo a demonstrar que numa “guerra” a vantagem está do lado da mobilidade e não do encarceramento. Encarar estes locais como espaços onde afluía, em períodos de maior instabilidade social, a população dispersa pelo território a ela correspondente (Cardoso, 1997) torna-a extremamente susceptível, sobretudo, quando exposta a um conflito, ou a um cerco, precisamente, pela imediata carência de água, uma vez que não se conhecem, até ao momento, estruturas de armazenagem desta substância vital no interior dos recintos amuralhados.

É possível que a defesa de um território e dos recursos de uma comunidade, se tenha feito, eventualmente, com recurso a conflitos armados. Contudo, os recintos amuralhados não terão tido um papel preponderante no cenário destes conflitos. Estes desempenhavam um papel mais subtil, como meios de “ostentação” comunitários, que procuram controlar e consolidar sentimentos de identidade e onde uma elite emergente procura, simultaneamente, a sua afirmação através do recurso a bens de prestígio.

Os próprios recintos amuralhados mais não são do que a cópia de uma arquitectura de «figurino» mediterrâneo. Esta materializa símbolos e linguagens entendidos dentro de um sistema inter e intracomunitário, funcionando como a expressão de um poder, assumido por uma elite, em busca de um processo de identificação que a distinga do restante todo social, em dependência estrita do controle de rotas de circulação de bens de prestígio.

A busca destes bens intensifica a interacção inter-regional. A Estremadura é a região portuguesa que mais beneficia do desenvolvimento das redes de troca e dos contactos, apresentando uma grande variedade de materiais exógenos, recolhidos, por exemplo, no Zambujal (Kunst, 1995b), como o anfíbolito, o cobre, granito, marfim e ovos de avestruz.

Estamos perante o que Gilman (1987) defende ser um sistema de *Wealth distribution* como estratégia através da qual as elites suportavam as suas operações e estilos de vida e cujo funcionamento é sintetizado por I. Lisboa (1995b, p. 151): “Access to imported goods and the control of production of goods involved in exchanges, allows a small number of individuals to be the privileged position of not so much of exchanging of goods but of establishing contacts, alliances with outside groups. This control of contact with the exterior by individuals at the nodes of the network yields them power in their own residential groups and is used to legitimise their status.”

Neste papel, uma referência deve ser feita, não só às matérias-primas exógenas, mas também à natureza dos materiais líticos e cerâmicos. Referindo-se especificamente à produção lítica Forenbaher (1998) defende, com base na análise de produtos como as “grandes pontas bifaciais” que circulavam em mecanismos de troca de bens de prestígio a longa distância, a existência de uns poucos especialistas que se dedicavam à produção de um número restrito de produtos que serviam apenas um pequeno segmento da sociedade. Estes objectos não tinham grande impacto na economia, mas eram importantes para manter um sistema político baseado na desigualdade social.

É curioso que a decoração cerâmica atinja um pico de intensidade no Calcolítico da Estremadura, aspecto que se tinha vindo a esbater desde o Neolítico Antigo. Coincidentemente, em ambos os momentos históricos o Homem encontra-se num processo de intensificação económica e fidelização territorial, ainda que em escalas diferentes.

“Ceramic vessels are part of visual environment of human behaviour. As a result, their decoration and details of shape carry a communicative effect, and are constrained by the

social and symbolic environment of the potter” (Braun, 1993, p. 113). A funcionalidade de uma peça cerâmica é-lhe atribuída pela sua forma, agindo a decoração como um elemento acessório que deve ser entendido como portador de uma mensagem para ser “lida” em contextos específicos, pelo que a decoração cerâmica é aplicada em peças e em locais que permitam uma melhor visualização.

Pegando, por exemplo, na cerâmica decorada com «folha de acácia» e tendo por base o exemplo do Zambujal (Kunst, 1996), verificamos que este estilo decorativo representa, apenas, 0,4% da totalidade cerâmica de um sítio. Contudo, apesar da sua escassez no conjunto, contabilizamos a sua presença em, pelo menos, 17 sítios da Estremadura, pelo que temos de reconhecer que é uma «moda artefactual» de circulação alargada e circunscrita, mas de consumo restrito, o que a torna eminentemente simbólica e, insistimos, portadora de uma mensagem. No entanto, a natureza desta não é por nós apreendida e somente posamos tentar uma aproximação ao seu contexto no âmbito da afirmação da identidade do grupo.

Tal corresponde a um dos aspectos definidos por A. Sherrat (1987, p. 83), segundo o qual: “One of the characteristics of later Neolithic or copper Age culture of Europe is the appearance of special types of pottery indicating a particular concern with the presentation of food and drinking, presumably for consumption in special social contexts.”

É neste contexto que surge no registo arqueológico uma nova “moda artefactual” — o campaniforme.

Os dados de Leceia e do Zambujal são pertinentes não só pelas datações absolutas que forneceram (conferir cap. 5), mas também por nestes povoados ter sido possível efectuar a análise da distribuição espacial do Campaniforme, remetendo para o momento inicial do seu aparecimento neste espaço geográfico. Assim, a primeira ilação que podemos retirar é que ele se encontra agrupado em zonas específicas.

No Zambujal “bell beaker distribution in the excavated area is concentrated in the centre of the site, especially in the house V (phase 3) and house WW (phase 4), where we find evidence of copper production, towers B and A, and Region U” (Kunst, 1987, p. 592).

Igualmente, os dados disponíveis para o surgimento do Campaniforme no povoado de Leceia, apontam para a sua presença em dois sítios específicos (casa EN e estrutura FM) situados, neste caso extramuros. Apesar deste contexto específico ter servido de argumento para o ressuscitar de ideias relacionadas com a chegada de um “Beaker Folk” (Cardoso e Soares, 1990-1992) portador de uma cultura material estranha em relação à localmente praticada, estes elementos parecem apontar no sentido da utilização deste tipo de espólio em contextos específicos dentro do todo comunitário.

Assim, as datações e distribuições espaciais disponíveis permitem-nos, de momento, apontar o seu surgimento em locais seleccionados, dentro dos lugares monumentalizados. Tendo em conta que “a relação entre objecto e contexto é dialéctica, se o objecto ganha significado num determinado contexto, esse contexto também retira sentido da presença desse objecto” (Valera, 2000d). Sendo a cerâmica campaniforme encarada como uma cerâmica de excepção, essa excepcionalidade transporta-se para os locais onde esta foi encontrada.

Este tipo de cerâmica vai acompanhar, na Estremadura, profundas transformações na relação que o homem desenvolve com o espaço. Tal como, anteriormente, tinha acontecido em relação à arquitectura funerária, vai ocorrer uma perda de poder simbólico no que concerne aos espaços monumentais habitacionais. Esta é uma “moda” que entra em desuso fruto da progressiva individualização dos símbolos de poder.

De acordo com os dados disponíveis até ao momento, é neste contexto de desagregação simbólica dos recintos amuralhados que colocamos a ocupação da Pedra de Ouro. A sua fun-

dação *ex nihilo* poderá estar relacionada com a reorganização interna dos grupos, eventualmente, consequência de um crescimento demográfico.

Todo o material analisado (conferir Capítulos 4 e 5) insere este espaço culturalmente, na linha antropológica definida pelo pensamento de Maurice Godelier (1973), dentro dos limites de uma região exogâmica delimitada a este por Vila Nova de S. Pedro, fechada a norte pelo Outeiro da Assenta, terminando a sul no rio Sado. Curiosamente, a área onde se situa a maior concentração de recintos amuralhados.

Cronologicamente, o espólio analisado até ao momento, remete a construção do recinto amuralhado para um momento, algures, no Calcolítico Médio. Situado num ponto natural de passagem, a presença humana neste espaço resulta, nas palavras de Victor Gonçalves (1983-1984, p. 154) da ocupação de uma construção de tradição murada: “é quase uma brincadeira, aquilo não é uma fortificação — aquilo é um simulacro”.

Neste sentido aponta a própria análise balística do potencial armamento, encontrado na Pedra de Ouro, o qual veio demonstrar que apenas 18,6%, no máximo 43,9%, das quais se adequaria a esta função (que dividia com a caça a animais de médio e grande porte).

Esta surge no momento em que, alvos de uma dinâmica de transformação e mudança própria, estes espaços vão perdendo a importância enquanto símbolos de identidade e coesão de uma comunidade. A Pedra de Ouro contrasta com os restantes recintos amuralhados erigidos durante o Calcolítico Inicial, por exemplo, Leceia, Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal pela simplicidade das estruturas.

Este sítio encontra-se delimitado por uma linha de muralha (com uma espessura próxima dos 2 m), que forma um recinto rectangular fechado, com duas torres ocas. Estas definem um espaço central muito amplo, no interior do qual foram encontrados fundos de cabana, cujos buracos de poste ainda conservavam vestígios de madeira carbonizada, ao tempo de Hipólito Cabaço. A noroeste, a cerca de 40 m, foram encontrados vestígios de um muro pouco espesso. Possível troço de uma segunda linha murada.

Se na escala artefactual se mantém uma determinada morfologia cerâmica que está vigente desde o Calcolítico Pleno — ao nível decorativo e de formas simples de fundo comum neo-calcolítico — as representações idólicas, abundantes em locais, como Leceia (Cardoso, 1997), estão pouco representadas.

Não nos foi dado a observar nenhum artefacto incluído nesta categoria. As referências são escassas e chegam-nos através da bibliografia, à excepção de um ídolo-falange, a alusão recaí, exclusivamente, sobre uma figurinha feminina em terracota.

Cardoso (2002, p. 195) interpreta esta figura como a representação da divindade calcolítica feminina. Subtraindo o epíteto divino, a figurinha da Pedra de Ouro parece enquadrar-se no ambiente figurativo antropomórfico do Calcolítico peninsular.

Victor Hurtado (1997) a propósito de La Pijotilla sugere que as figurações antropomórficas, com a clara distinção entre atributos femininos e masculinos, reflectem mudanças sociais ocorridas no final do Calcolítico.

A figurinha da Pedra de Ouro é um exemplo de figuração feminina, num percurso que, durante a primeira Idade do Bronze, conduzirá ao predomínio da figuração masculina. Uma das formas dessa representação são as estelas, figurações escultóricas masculinas associadas a artefactos metálicos, testemunham, globalmente, novas concepções de liderança (Jorge, 1995). Estas são omnipresentes ao longo da Idade do Bronze, em ambientes funerários.

Esta mudança na esfera ideológica poderá reflectir transformações em curso na esfera social. Há uma alteração dos símbolos de poder, do povoado fortificado espaço de actividades domésticas/habitacionais, para o cenário sepulcral, com enterramentos e símbolos individuais masculinos. Esta pode significar uma alteração estrutural ao nível da organização e

complexidade social, com o chefe masculino a adquirir um papel central no controlo dos excedentes e dos bens de prestígio.

Como referimos esse processo de transformação é gradual e intrínseco a cada espaço. Começa a assistir-se ainda na decadência construtiva acompanhada pela degradação das próprias técnicas utilizadas, no Calcolítico Inicial, de Leceia até ao abandono em período campaniforme. É rastreável em sítios como, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, que embora ocupados até um momento inicial da Idade do Bronze observam a retracção do espaço habitacional ocupado. Não sabemos se mantendo o seu simbolismo inicial.

O certo é que no início da Idade do Bronze estes lugares perdem o simbolismo funcional e passam para a esfera de símbolos e imagens do passado. Certamente, estão presentes na consciência da comunidade que os integra, mas será o líder, o chefe no meio dos seus, que ordena agora os destinos. O individualismo verifica-se ao nível de enterramentos e espólio, algo que também se vinha observando nos enterramentos diferenciados no meio do todo.

A Idade do Bronze é a continuidade quase exclusiva do ruralismo de habitat. Acreditamos que esta tenha sido a tônica dominante na ocupação da paisagem. Todavia, foi abafada pela ausência de estruturas imponentes e pela dispersão numa paisagem em constante mutação erosiva. Contudo, esta realidade começa agora a fazer parte dos registos. O evoluir da própria ciência arqueológica que, em determinado momento, a desvalorizou, revela agora a sua presença através da obrigatoriedade da realização de estudos de impacte ambiental e acompanhamentos de obra.

Em plena Idade do Bronze alguns destes lugares parecem ter sido habitacionalmente desocupados. Consagram-se definitivamente para a esfera dos símbolos e das referências do passado. Estes espaços foram, certamente, revisitados ao longo dos tempos. Fortuitamente, tornaram-se locais de depósitos rituais e como seja o possível “esconderijo de fundidor” do Bronze final encontrado no Penedo do Lexim ou a sepultura da Idade do Bronze da Pedra de Ouro.

Eventualmente, o arqueólogo é mais um elemento de visita a esse *espaço* não deixando que ele caia no esquecimento, faz a sua própria leitura, perpetuando “cientificamente” a memória de sítios que muitas vezes a tradição oral dinamizou através de lendas e mitos.

Primavera de 2003